

TJ-ADM-2018/67808

**CONTRATO 86/18-AQ  
INSTRUMENTO DE CONTRATO DE  
FORNECIMENTO DE BENS QUE ENTRE  
SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA BAHIA E TECNO 2000  
INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, NA  
FORMA ABAIXO:**

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13100722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, representado pela sua Presidente, DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, do outro lado, TECNO 2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 21.306.287/0001-52 doravante designada simplesmente CONTRATADA, representada por André Pires Nascimento, inscrito no CPF/MF sob nº 002.855.491-46, resolvem, tendo em vista o constante do PA nº TJ-ADM-2018/67808, relativo ao Pregão Eletrônico nº 070/2017, com arrimo nas normas pertinentes da Lei Estadual nº 9.433/05 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Habilitada nos termos do Pregão Eletrônico nº 070/2017 devidamente homologada em 05/12/2017, e publicação no DJE, edição de 06/12/2017, obriga-se a CONTRATADA FORNECER mesas, tudo em perfeita observância às condições e especificações constantes do EDITAL, seus ANEXOS e PROPOSTA VENCEDORA, os quais passam a integrar o presente instrumento de modo indissociável.


**DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O objeto deste contrato será fornecido de forma única.

**Parágrafo terceiro:** É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O objeto indicado na cláusula primeira será fornecido pela CONTRATADA em conformidade com a descrição pormenorizada contida em edital e seus





anexos, partes integrantes deste contrato, sem pagamento de quaisquer despesas adicionais por parte do **CONTRATANTE**, obrigando-se, ainda, a:

- a) fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente às observações e exigências que forem solicitadas;
- c) comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no andamento do contrato;
- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado pelo **CONTRATANTE** e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imprudência própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o **CONTRATANTE** equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do **CONTRATANTE** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias as quais deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidirem ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos anexos que obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- i) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;
- j) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispostas, infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
- k) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- l) oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de representante autorizada do fabricante, identificando-a;
- m) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;
- n) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição e indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.



TJ-ADM-2018/67808

### DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**CLÁUSULA QUARTA** - Além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, o **CONTRATANTE** obriga-se ainda, a:

- a) proceder a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial, condição indispensável para sua validade e eficácia, no prazo de 10 (dez) dias corridos da sua assinatura;
- b) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- c) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- d) promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação da execução já realizada, emitindo o competente opinativo para o recebimento de pagamentos;
- e) esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- f) cumprir as diretrizes traçadas pelo Órgão Central de Controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- g) solicitar da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do objeto deste edital.

### DO PREÇO

**CLÁUSULA QUINTA:** O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos bens efetivamente entregues, os valores abaixo especificados:

7	Mesa (MR12) - Mesa de trabalho, tampo executado em MDF ou MDP com aproximadamente 28mm de espessura, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão (ref. Madefibra BP, Duratex ou equivalente técnico) na cor MOGNO TURIM, bordas arredondadas acabamento madeira, e leito para cabos sob o tampo, em chapa de aço, tratamento para cabos e plugs, acabamento em poliestileno injetado na cor preta. Calha em chapa de aço fosfatizado, com aproximadamente 70mm de espessura com divisão interna do mesmo material permitindo a passagem da fiação em 03 dutos independente para elétrica, lógica e telefonia, permitindo a aplicação de tomadas padrão universal, pintado em epóxi na cor preta pelo sistema eletrostático e curado em estufa, instaladas na altura abaixo do tampo de mesa. A calha deverá manter pré furação para tomadas em tampas removíveis confeccionadas em chapa de aço. Estrutura das bases executada em MDF ou MDP com aproximadamente 28mm	Und	40	R\$610,00	R\$ 24.400,00





de espessura, revestida nas faces com acabamento em resina poliuretânica texturizada na cor preta, bordas arredondadas acabamento idem, e sapatas niveladoras anti-atrito em nylon injetado, que possibilitam regulagem no desnível no piso. Pannel frontal executado em MDF ou MDP com aproximadamente 18mm de espessura, revestida nas duas faces e com acabamento em resina poliuretânica texturizada na cor preta, fixado por dispositivos metálicos que facilitam sua montagem e desmontagem. Medidas (mm): C - 1200; L - 600; H - 740. <b>O licitante deverá apresentar Certificado da ABNT e Laudos Ergonômicos atestando que o mobiliário atende a Norma Regulamentadora Nº 17 do Ministério do Trabalho, emitida por profissional competente certificado pela ABERGO - Associação Brasileira de Ergonomia.</b>				
Total do Lote				24.

**Parágrafo primeiro:** - Para o contrato o valor global dos lotes será de R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos reais).

**Parágrafo segundo:** Nos preços contratados estão incluídos todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes.

### DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA SEXTA** - Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão efetuados de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo consonância com o disposto no art. 6º, § 5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, 155, V da Lei estadual nº. 9.433/05, conforme preços discriminados a seguir:

**Parágrafo primeiro:** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização pendência por parte da **CONTRATADA**.

**Parágrafo segundo:** A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC *pro rata temporis*.

**Parágrafo terceiro:** Qualquer pagamento, somente será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal emitida em nome do Tribunal de Justiça do Estado acompanhada da Fatura correspondente.

**Parágrafo quarto:** O prazo referido no caput desta cláusula será interrompido na ocorrência de erros ou qualquer outra irregularidade na fatura apresentada, voltando o pagamento a ser contabilizado, na íntegra, depois de efetuadas as devidas correções.

**Parágrafo quinto:** De acordo com o constante na proposta da **CONTRATADA**, estão incluídos no caput desta cláusula todos os custos e despesas, inclusive os custos de



TJ-ADM-2018/67808

taxas de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre o fiel cumprimento deste contrato.

**Parágrafo sexto:** A **CONTRATADA** deverá obedecer integralmente as disposições quanto à obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal por meio eletrônico, nos termos do Regulamento do ICMS Bahia, com as alterações contidas no Decreto Estadual nº 10.666 de 03/08/2006.

**Parágrafo sétimo:** Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.

### DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

**CLÁUSULA SÉTIMA-** Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução do contrato.

**Parágrafo primeiro:** O adimplemento da obrigação contratual por parte da **CONTRATADA** ocorre com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, consoante o art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual 9.433/05.

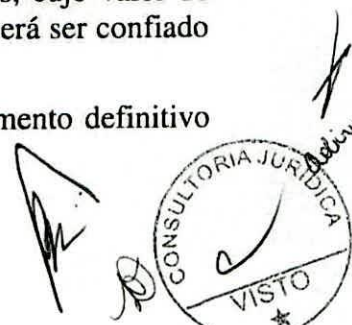
**Parágrafo segundo:** Cumprida a obrigação pela **CONTRATADA**, caberá ao **CONTRATANTE**, proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual 9.433/05;

**Parágrafo terceiro:** O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se **outros não houverem sido fixados no Termo de Referência;**

- a) se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
- b) quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

**Parágrafo quarto:** O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

**Parágrafo quinto:** Tratando-se de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.



CONSULTORIA JURÍDICA  
VISTO





**Parágrafo sexto:** Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo e qualquer manifestação do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, considerar-se definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

**Parágrafo sétimo:** Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a **CONTRATADA** estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

**Parágrafo oitavo:** Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato [Obs.: deve indicado o(s) nome(s) e cadastro(s) respectivos do(s) servidor(es)].

## DOS PRAZOS

**CLÁUSULA OITAVA – Parágrafo primeiro:** O contrato a ser firmado terá vigência da de sua assinatura até a data do término da garantia dos bens, qual seja 5 (cinco) contados do recebimento definitivo dos mesmos.

**Parágrafo segundo:** A publicação resumida deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico é condição para a sua eficácia e validade, devendo ocorrer no prazo de dez (dez) dias corridos da sua assinatura.

**Parágrafo terceiro:** O prazo de entrega da totalidade dos bens, objeto deste instrumento de **35 (trinta e cinco) dias corridos**, contados da data da publicação do Instrumento Contratual.

**Parágrafo quarta:** A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência, menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05 e deverá ser solicitada ainda no prazo de vigência do contrato, previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo, antes do final do contrato.

**Parágrafo quinto:** Expirado o prazo de entrega do objeto, o contrato vigorará exclusivamente para os efeitos disciplinadores da garantia, sanções e penalidades.

## DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

**CLÁUSULA NONA -** Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

**Parágrafo primeiro:** A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei nº 9.433/05, dependerá de requerimento da **CONTRATADA** quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração para recompor o preço que se tornou *excessivo*.

TJ-ADM-2018/67808

**Parágrafo segundo:** O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei 10.406/02.

**Parágrafo terceiro:** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

### DOS ILÍCITOS E PENALIDADES

**CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA** cumprirá, rigorosamente as condições estabelecidas no edital e seus anexos e na proposta vencedora, para execução do objeto deste contrato, inclusive obrigações adicionais estabelecidas neste instrumento, sob pena de, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

**Parágrafo primeiro:** À **CONTRATADA**, na hipótese de inexecução contratual, seja parcial ou total, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, serão aplicadas, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e outras cominações legais, **MULTA DE MORA:**

- a) **10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação principal;**
- b) caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento já realizado.
- c) **em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado e de,**
- d) **0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.**

**Parágrafo segundo:** Na hipótese da contratada negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

**Parágrafo terceiro:** As multas previstas neste artigo não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



**Parágrafo quarto:** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, a Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

**Parágrafo sexto:** Serão punidos com a pena de **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE CADASTRAR E LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO** aos que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos I, IV, VI e V do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

**Parágrafo sétimo:** Serão punidos com a pena de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos II, III e V do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

**Parágrafo oitavo:** Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** O inadimplemento de cláusula estabelecida no Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**Parágrafo primeiro:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão e as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**Parágrafo segundo:** O **CONTRATANTE** ao longo da vigência do contrato poderá rescindir o mesmo conforme disposto no art. 168, da Lei nº 9.433/09, motivadamente, desde que a **CONTRATADA** notificada, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias assegure o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo terceiro:** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XVIII do art. 167, da Lei nº 9.433/09, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização.



TJ-ADM-2018/67808

**Parágrafo quarto:** No caso de rescisão determinada por ato unilateral da **CONTRATADA** ficam asseguradas à **CONTRATANTE**, sem prejuízo das sanções cabíveis:

- a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à **CONTRATANTE**;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

**Parágrafo quinto:** O contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, consoante o disposto no inciso II do art. 168 da Lei nº 9.433/05.

### ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA –** A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

**Parágrafo primeiro:** Nenhum acréscimo ou supressão poderá ser realizado sem a devida motivação ou exceder o limite estabelecido no parágrafo anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

### DA REGÊNCIA LEGAL

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA –** Submete-se, o presente contrato às disposições contidas na Lei Estadual nº 9.433/05, Lei Complementar nº 123/2006, das Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, no que for pertinente, além dos Decretos Judiciários nº 12/03, 44/03, 13/06 e 28/08 do TJBA, bem como aos demais dispositivos legais aplicáveis, obrigando a **CONTRATADA** a firmar todo e qualquer instrumento de retificação que tenha por objeto o cumprimento de prescrição legal e ou editalícia.

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA –** As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	Subelemento
0003	113/120/313/ 320	5443	4.4.90-52	52-01

No exercício subsequente, o respectivo orçamento consignará dotação própria para atender a despesa.




## DO FORO


**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** – As partes elegem o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes do cumprimento do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e Contratadas, as partes firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um efeito, juntamente com as testemunhas, abaixo identificadas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

  
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Bahia

TECNO 2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

  
André Pires Nascimento  
CPF nº 002.855.491-46

Nome Amanda Divina Jantos CPF 037009731-95

Nome Mário R. Pires CPF 89394372504

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DJE de 07/03/2019.

Mário R. Pires 968.520-0  
(nome, cargo e cadastro do declarante)



TJ-ADM-2019/12212 Juiz de Direito JOSÉ FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA faz solicitação.

Cuida-se de expediente encaminhado pelo ilustre Magistrado JOSE FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA da Vara Crime Juri Execuções Penais Menores da Comarca de Santo Antonio de Jesus, na qual solicita o pagamento dos honorários, a título de ajuda de custo, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), em favor da ASSISTENTE SOCIAL UIARA DE ALMEIDA SOUZA, que atuou como Perita do referido juízo no processo judicial nº 0301172-51.2018.805.0229. Instruiu o pedido com documentos. É o que importa relatar. A Resolução do Conselho da Magistratura, nº CM-01, de 24 de janeiro de 2011, criou o Programa de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais na realização de periciais judiciais, diretamente ligado à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com o objetivo de diminuir as dificuldades encontradas pelos magistrados em obter peritos que aceitassem realizar seu labor gratuitamente e só pode ser aplicada nas causas onde tenha ocorrido o deferimento da assistência judiciária gratuita. A um cotejo dos autos, observei que o magistrado presidente do feito, por despacho nos autos, deferiu a realização da perícia e nomeou profissional cadastrado no Programa de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais que inclusive prestou declaração aceitando os termos da Resolução CM-01. Noutra banda, o profissional cumpriu seu mister e já apresentou o laudo, fato que motivou a solicitação do pagamento dos seus honorários. O valor pleiteado se encontra dentro do que foi fixado na Resolução CM-03, no caso, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por ato praticado. Nestas condições, encontrando-se em ordem o processo e em conformidade com Resolução do Conselho da Magistratura, nº CM-01, de 24 de janeiro de 2011, com o artigo 11, inciso I, da Lei nº 11.918/2010 e com o Decreto Judiciário nº 171, de 08 de fevereiro de 2018, publicado no DJE nº 2.081, AUTORIZO o pagamento dos honorários solicitados à ASSISTENTE SOCIAL UIARA DE ALMEIDA SOUZA, ao valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que deverá ser atendida por DEA - Despesa do Exercício Anterior, conforme o artigo 37, da Lei nº 4230/64 e dos arts. 1, I e III, e 9º do Decreto 181-A/91. Publique-se.

---

**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

---

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

---

TERMO DE ADITAMENTO - Nº 19/19 - AS

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e MEMÓRIA E ARTE LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.658.206/0001-18. Objeto: Aditar o contrato de prestação de serviços nº 12/15-S, cujo objeto refere-se à prestação de serviços restauração, revitalização, higienização, conservação e preservação de livros e documentos cartorários. Vigência: 12 (doze) meses, de 01/04/19 a 31/03/20. Valor Total: R\$ 510.240,00. Unidade Orçamentária 101. Unidade Gestora 0290. Atividade 2000, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Sub-elemento de Despesa 39.20, Fonte 113 / 120 / 320 / 313. TJ-ADM-2019/07774.

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GABINETE**

---

RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS Nº 06/19-TRD

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e DAS SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA, inscrito no CNPJ/MF de nº 23.842.804/0001-33. Objeto: Reconhece o pagamento referente aos serviços especializados e continuados de recepção nas Unidades do Poder Judiciário, realizados no período de 27/01/2019 a 31/01/2019, no valor total de R\$ 34.155,95 (trinta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), que será atendido pela Unidade Orçamentária 04.101, Unidade Gestora 0008, Ação/Atividade 2000/2030/2031, Elemento de Despesa 33.90.37, Subelemento 37.04 e Fonte 120/113/313/320, consoante PA nº 2019/11371. Data: 27/02/2019.

RETIRATIFICAÇÃO E ADITAMENTO DE CONTRATO Nº 15/19-AS

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e A & P COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.544.603/0001-10. Objeto: Retirratificação da classificação do Contrato de Aquisição nº 03/18-AQ para Contrato de Prestação de Serviço nº 13/2019-S. A vigência do Contrato 13/19-S fica prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses. A despesa global é de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), que será atendido pela Unidade Orçamentária 04.101, Unidade Gestora 0008, Ação/Atividade 2000, Elemento de Despesa 33.90.30, Subelemento 30.41 e Fonte 120/113/313/320, consoante processo PA Nº TJ-ADM-2018/64444. Data: 27/02/2019.

ADITAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 13/19-AS

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e P. A. P. SAÚDE AMBIENTAL EIRELI, inscrito no CNPJ/MF de nº 22.359.737/0001-38. Objeto: A vigência do contrato nº 02/17-S fica prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses. A despesa global decorrente do presente aditamento será de R\$ 116.499,85 (cento e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) que será atendida, pela Unidade Orçamentária 02.04.101, Unidade Gestora 0008, Atividade 2000/2030/2031, Elemento de Despesa 33.90.39, Subelemento 39.52 e Fonte 113/120/320/313, consoante processo PA nº TJ-ADM-2019/00642. Data: 22/02/2019.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 86/18-AQ

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e TECNO 2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrito no CNPJ/MF de nº 21.306.287/0001-52. Objeto: Fornecimento de mesas. Prazo de vigência: 05 (cinco) anos. Valor: R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais) que será atendida, pela Unidade Orçamentária 02.04.601, Unidade Gestora 0003, Atividade 5443, Elemento de Despesa 44.90.52, Subelemento 52.01 e Fonte 113/120/320/313, consoante processo PA nº TJ-ADM-2018/67808. Data: 27/02/2019.

